

## INTRODUÇÃO

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do modelo atual. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os sucessivos adiamentos, conduziram a um atraso na sua implementação.

Desta forma o ano de 2020, é o ano de transição e arranque do SNC-AP, com muitas dificuldades associadas, no que concerne à integração entre as Softwarehouses e a própria DGAL, com sucessivas alterações e atualizações ao longo do ano, continuando as Câmaras Municipais a reportar informação para a DGAL através de duas plataformas SIIAL e SISAL, interligadas entre si, que conduziu a atrasos significativos no envio dos mapas e validação dos mesmos.

No entanto e com todas estas dificuldades, o novo sistema contabilístico foi implementado no ano de 2020, tendo-se consolidado o envio dos mapas para a DGAL durante o ano de 2021.

O presente Relatório de Gestão, e com os restantes documentos da prestação de contas, pretende reportar a situação económica e financeira do Município de Melgaço, a 31 de dezembro de 2021 espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, respondendo às questões dos munícipes.

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, e daí grandes alterações essencialmente na visão financeira das contas públicas em relação ao normativo anterior.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das

atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental e financeira, uma vez que o Município de Melgaço ainda não implementou a contabilidade de gestão, sendo prevista a sua implementação durante o ano de 2022.

Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Posto isto, o presente relatório analisa a execução do orçamento no ano de 2021, bem como a situação económico-financeira, apresentando as demonstrações financeiras e os seus anexos.

Para uma melhor perceção e comparação das variáveis mais significativas da gestão Municipal apresentam-se também elementos relativos à execução de anos anteriores.

Em traços genéricos, relativamente a 2021 podemos destacar o seguinte:

- uma ligeira diminuição do endividamento a médio e longo prazo 3.524.574,04€, no entanto espera-se que aumente durante o ano de 2022, por via do empréstimo de médio e longo prazo ao abrigo da linha IFFRU, inteiramente direcionado para o investimento da Requalificação das Piscinas Municipais, bem como do empréstimo BEI para a contrapartida nacional do investimento da Zona Empresarial de Alvaredo, dois grandes investimentos e de extrema relevância para o Município;
- a redução do montante de pagamentos em atraso para 183.115,12 €, sendo que em 2014 ascendia a 1.090.848,13 €, e cumprindo o estabelecido nos sucessivos Decretos de Lei de execução dos Orçamentos de Estados.

As características acima apontadas demonstram a racionalidade e o rigor com que o Executivo Municipal tem assumido a gestão da Autarquia, a aposta no reequilíbrio financeiro, como é demonstrado pela evolução da dívida nos mapas apresentados no presente relatório, isto sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados aos munícipes.

A seleção dos investimentos a priorizar no concelho foi igualmente um dos objetivos deste executivo, dando prioridade ao investimento no desenvolvimento do concelho e da economia local, com a aposta no industrial como motor de crescimento económico para o Município. Deu-se igualmente continuidade à aposta na

REUNIÃO DE		27/04/2022	
Serviço		Assunto N.º	105
Título		N.º Acto	9
Destinatário		N.º Doc.º	16/133
Deliberação		Rúbrica	

valorização do território, bem como na educação e ação social. Sendo de destacar o incremento de medidas no PDSS nos últimos anos, proporcionando medidas excepcionais para as famílias melgacenses e melhor qualidade de vida. A somar a estas medidas, várias foram tomadas no âmbito da Pandemia COVID-19, tais como o apoio alimentar a famílias carenciadas, a redução/isenção dos preços nos serviços municipais, nomeadamente nos serviços de AA, AR e RU. A isenção/redução e taxas municipais e de arrendamento não habitacional, por forma a minimizar os impactos sentidos pelos comércios e famílias melgacenses neste processo.

A finalizar, informa-se que o Relatório e Conta de Gerência do Município de Melgaço, relativos ao ano económico de 2021, são submetidos à aprovação pela Câmara Municipal e posteriormente remetidos à Assembleia Municipal de Melgaço para apreciação e votação na sessão ordinária do mês de abril e, ainda, enviados ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea i) e ww), na alínea j), do n.º 1, do artigo 35.º, e na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, no artigo 27.º, n.º 2, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o vertido no artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

## 1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

### RECEITA

No exercício económico de 2021, a execução da receita, no montante de 16.331.126,47€, situou-se nos 77,42%, tendo atingido 92,95 % na receita corrente e de 51,86% na receita de capital. Esta taxa de execução orçamental na receita de capital demonstra a continuidade de execução e finalização de algumas obras candidatas ao quadro comunitário Portugal 2020. Sendo que se encontram em execução algumas obras com grande impacto como a “Zona empresarial de Alvaredo” e a “Requalificação das Piscinas Municipais” que terão a sua maior execução no ano de 2022, pelo que, quer a execução da despesa de capital, quer a execução da receita ficou aquém do esperado.

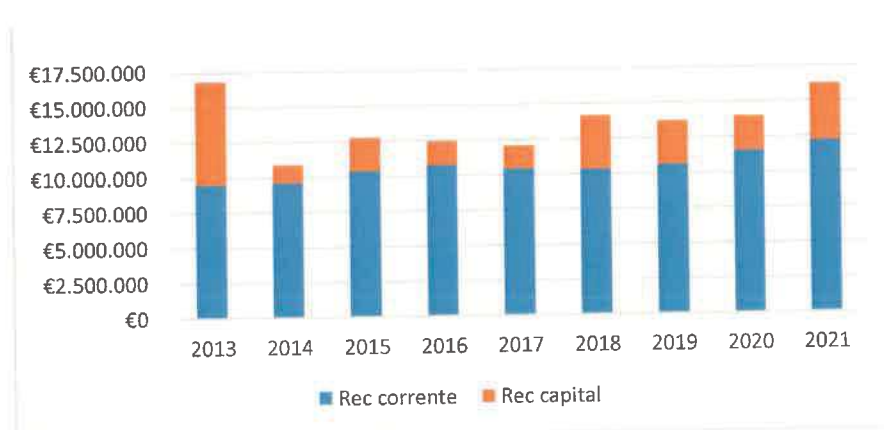


Gráfico n.º 1 – Evolução da Receita cobrada de 2013 a 2021

#### Execução Orçamental da Receita por capítulos:

REUNIÃO DE 27/04/2022

Serviço	Assunto N.º	205
T.º	N.º Acto	9
Destinatário	N.º Doc.º	17/13
Deliberação	Róbrica	

	2021	% Total	2020	% Total
01 - Impostos Directos Correntes	1.390.984,48 €	8,52%	1.280.083,64 €	9,13%
02 - Impostos Indirectos	16.612,07 €	0,10%	7.226,17 €	0,05%
04 - Taxas, Multas e O. Penalidades	88.517,90 €	0,54%	64.425,97 €	0,46%
05 - Rendimentos de Propriedade	1.138.001,23 €	6,97%	1.515.732,52 €	10,80%
06 - Transferências Correntes	8.046.464,81 €	49,27%	7.270.889,14 €	51,83%
07 - Vendas de Bens Serviços	1.488.580,35 €	9,11%	1.367.846,99 €	9,75%
08 - Outras Receitas Correntes	28.231,43 €	0,17%	32.799,83 €	0,23%
09 - Venda de Bens de Investimento		0,00%	- €	0,00%
10 - Transferência de Capital	2.867.147,42 €	17,56%	2.131.949,54 €	15,20%
11 - Ativos Financeiros	7.570,82 €	0,05%	6.797,69 €	0,05%
12 - Passivos Financeiros	1.145.990,92 €	7,02%	301.000,00 €	2,15%
13 - Outras Receitas de Capital		0,00%	- €	0,00%
15 - Reposiç. não Abatidas Pagament.	10.004,82 €	0,06%	26.805,82 €	0,19%
16 - Saldo da Gerência Anterior	103.020,22 €	0,63%	22.741,04 €	0,16%
<b>TOTAL</b>	<b>16.331.126,47 €</b>		<b>14.028.298,35 €</b>	

As transferências do Orçamento de Estado constituem a maior componente da receita municipal com um peso no ano de 2021 de 43,80% da receita total, tendo registado um aumento face ao ano transato de 8%.

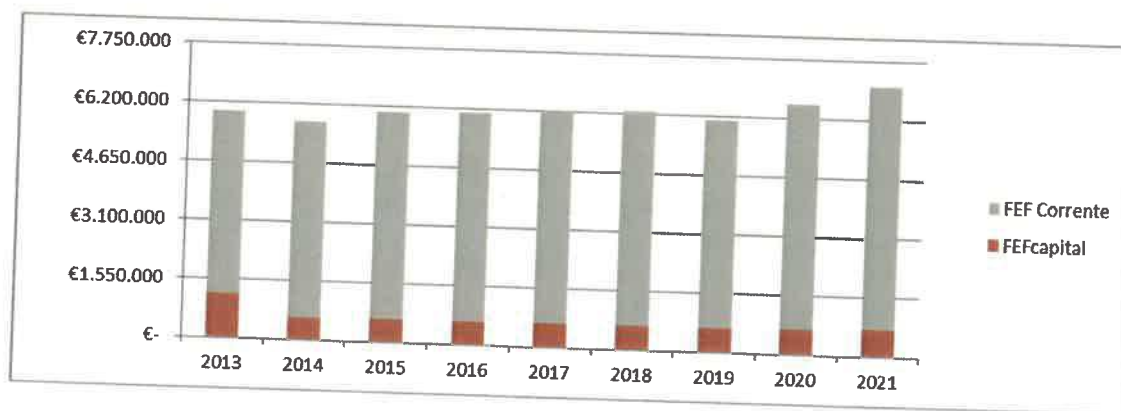


Gráfico n.º 2 – Evolução das Transferências do OE de 2013 a 2021

A receita proveniente da comparticipação de projetos financiados por Fundos Comunitários encontra-se evidenciada no mapa abaixo. Traduz a continuidade da execução dos projetos financiados, tendo sofrido um aumento em relação aos anos de 2019 e 2020, fruto do aumento da execução de obras financiadas.

	Fundos Comunitarios	Receita Total	% receita total
2013	2.838.247,78 €	16.870.804,20 €	16,82%
2014	688.021,29 €	11.343.991,33 €	6,07%
2015	751.180,87 €	12.776.131,98 €	5,88%
2016	978.312,92 €	12.437.190,00 €	7,87%
2017	972.133,13 €	12.079.157,80 €	8,05%
2018	2.358.832,64 €	14.469.360,97 €	16,30%
2019	1.285.310,20 €	13.757.670,19 €	9,34%
2020	790.297,41 €	14.028.298,55 €	5,63%
2021	1.506.471,09 €	16.331.126,47 €	9,22%

Em 2021 a execução da receita teve um aumento em comparação com 2019 e 2020, apesar da diminuição da receita corrente em determinadas rubricas por força das medidas adotadas no âmbito da pandemia por COVID-19, nomeadamente, isenções de taxas por ocupação da via pública, publicidade e feiras e mercados, isenção de rendas de habitação e outros espaços municipais. Isenções e reduções de tarifas na venda de serviços, incluído o fornecimento de água, recolha e tratamento de esgotos e recolha de lixo, conforme se ilustra no quadro abaixo.

REDUÇÃO DE RECEITAS - COVID 19	Valor 2021
Taxas, Licenças, Multas ou Outras Penalidades por ocupação da via pública, publicidade, mercados e feiras e outras	13.956,04 €
Rendimentos da propriedade, incluindo rendas de habitação e de outros espaços municipais e outras	9.136,38 €
Vendas de bens e serviços, incluindo fornecimento de água, recolha e tratamento de esgotos, recolha de lixo e outras	91.299,42 €
<b>Total</b>	<b>114.391,84 €</b>

A execução e aumento da receita em relação a 2020, resulta da conjugação dos seguintes fatores:

- i) Ligeiro aumento dos impostos municipais, cuja rubrica representa 8,52 % da receita total e 11,40% da receita corrente. Em 2021 a receita de impostos municipais teve um aumento na rubrica do IMI e de IUC e uma diminuição significativa na rubrica do IMT.

REUNIÃO DE 27/09/2022

Serviço	Assunto N.º	105
Título	Pl.º Acto	9
Destinatário	N.º Doc.º	18/13
Deliberação	Rúbrica	

	IMI	Taxa IMI	IMT	IUC	Total
2013	915.436,69 €	0,32%	86.926,01 €	241.700,07 €	1.244.062,77 €
2014	1.077.911,68 €	0,32%	162.156,07 €	208.716,86 €	1.448.784,61 €
2015	1.033.999,66 €	0,32%	87.171,40 €	198.274,81 €	1.319.445,87 €
2016	1.337.134,96 €	0,32%	116.362,65 €	195.951,05 €	1.649.448,66 €
2017	1.068.184,48 €	0,32%	107.997,96 €	197.755,33 €	1.373.937,77 €
2018	697.422,88 €	0,32%	120.813,92 €	209.009,41 €	1.027.246,21 €
2019	888.331,16 €	0,32%	201.668,03 €	212.918,27 €	1.302.917,46 €
2020	1.005.774,41 €	0,32%	167.701,17 €	106.608,06 €	1.280.083,64 €
2021	1.062.119,72 €	0,32%	127.237,75 €	201.627,01 €	1.390.984,48 €

Tabela n.º 01 – Evolução da cobrança de Impostos Municipais de 2013 a 2021

- ii) um aumento dos rendimentos de propriedade, face a 2019, refletindo se um ligeiro aumento no valor da renda de concessão da EDP, e essencialmente no valor da renda de 2,5% da faturação do Parque Eólico do Alto Minho (Renda das Eólicas), sendo que no ano de 2020 e face à Pandemia COVID-19, houve lugar a um adiantamento do valor das eólicas, que representa cerca de 5,01% da receita total e 6,71% da receita corrente em 2020;

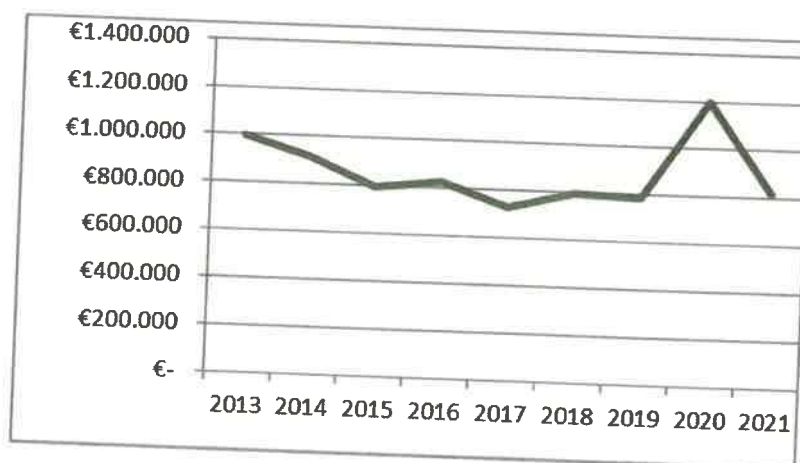


Gráfico n.º 3 – Evolução da Renda das Eólicas de 2013 a 2021

- iii) Aumento das receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro;



	2021	2020
Transferências OE (corrente)	6.851.556,35 €	6.378.001,50 €
IGEFE - Transf. Competências - Lei 50/2018	742.132,30 €	761.729,52 €
IEFP	50.267,35 €	40.574,96 €
Transferências OE (capital)	1.433.061,00 €	1.288.461,00 €
<b>Total</b>	<b>9.077.017,00 €</b>	<b>8.468.766,98 €</b>

iv) Aumento das receitas provenientes da cobrança de tarifas no sector do Abastecimento de água, Saneamento e resíduos;

	Abast. Água	Saneamento	Resíduos sólidos
2013	240.338,22 €	118.907,01 €	147.437,21 €
2014	276.015,01 €	173.622,55 €	199.307,72 €
2015	346.139,64 €	282.136,94 €	250.475,16 €
2016	326.867,80 €	299.775,63 €	235.435,62 €
2017	377.144,64 €	357.973,87 €	236.292,58 €
2018	357.401,66 €	366.106,59 €	232.352,27 €
2019	435.263,80 €	515.955,62 €	269.844,75 €
2020	424.864,75 €	489.537,63 €	216.499,17 €
2021	436.599,87 €	560.091,37 €	231.276,45 €

Tabela n.º 02 – Evolução da cobrança de tarifas de 2013 a 2021

### Evolução de indicadores 2013-2021

Indicadores de Estrutura da Receita	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Propria / Receita Total	14,63%	21,51%	19,54%	20,08%	19,56%	17,79%	20,01%	21,57%	16,96%
Impostos Directos / Receita total	7,37%	12,77%	10,33%	13,26%	10,74%	7,10%	9,47%	9,16%	8,52%
Fundos Municipais(Correntes + Capital) / Receita Total	35,37%	50,57%	50,22%	51,97%	51,29%	45,96%	50,44%	54,84%	50,73%
Receitas correntes / Receitas totais	56,31%	84,66%	81,16%	86,34%	81,54%	71,33%	77,03%	82,55%	74,69%
Passivos Financeiros / Receita Total	15,77%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,96%
Transferências do Exterior(Correntes+Capital)/Receita total	23,22%	11,02%	4,47%	13,86%	12,59%	22,02%	14,86%	12,42%	16,10%
Fundos Comunitários / Receitas Totais	16,82%	6,07%	5,79%	7,87%	8,05%	16,30%	9,34%	6,03%	8,78%



## DESPESA

REUNIÃO DE		Assunto N.º	105
Serviço		N.º Acto	9
Título		N.º Doc.º	19/13
Destinatário		Rúbrica	
Deliberação			

A execução da despesa no exercício de 2021, no valor de 20.607.167,95€ ascendeu a 97,70% ao nível da assunção de compromissos e um montante de despesa paga no valor de 15.905.572,54 €, a que corresponde uma taxa de execução de 75,41%, como se verifica no seguinte gráfico:

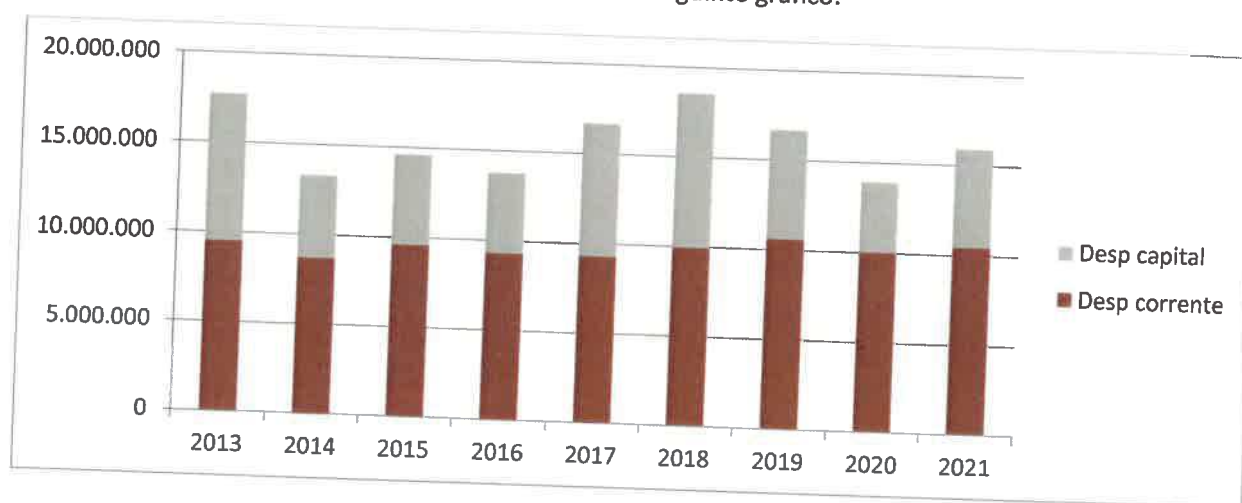


Gráfico n.º 4 - Evolução da despesa de 2013 a 2021

### Execução Orçamental da Despesa por capítulos:

Despesas pagas	2021	% Total	2020	% Total
01 - Despesas com o pessoal	5.438.225,84 €	34,22%	5.295.654,46 €	38,03%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	3.773.057,83 €	23,74%	3.377.386,14 €	24,25%
03 - Juros e Outros Encargos	52.503,83 €	0,33%	99.993,41 €	0,72%
04 - Transferências correntes	888.137,01 €	5,59%	913.994,98 €	6,56%
05 - Subsídios	222.750,00 €	1,40%	244.290,96 €	1,75%
06 - Outras despesas correntes	44.608,17 €	0,28%	73.560,97 €	0,53%
07 - Aquisição de Bens de Capital	3.636.823,89 €	22,88%	2.283.189,23 €	16,40%
08 - Transferência de Capital	565.797,28 €	3,56%	327.276,37 €	2,35%
09 - Activos Financeiros	- €	0,00%	20.137,00 €	0,14%
10 - Passivos Financeiros	1.271.909,11 €	8,00%	1.289.794,61 €	9,26%
11 - Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	- €	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>15.893.812,96 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.925.278,13 €</b>	<b>100,00%</b>

A evolução das despesas com o pessoal tem uma correlação, não só com o número de trabalhadores, as aposentações verificadas e o seu índice salarial mas também, com as normas fixadas pelos sucessivos

Orçamentos de Estado. De notar que o aumento das despesas de pessoal no ano de 2021 deve-se essencialmente ao pagamento das valorizações remuneratórias e atualizações de posições remuneratórias e adequação das chefias ao mapa de pessoal, com o aumento das chefias intermédias de 3º grau, não tendo sido registado um aumento significativo do quadro de pessoal, aumentando o numero de funcionários em 2, passando a 282 funcionários a 31-12-2021.

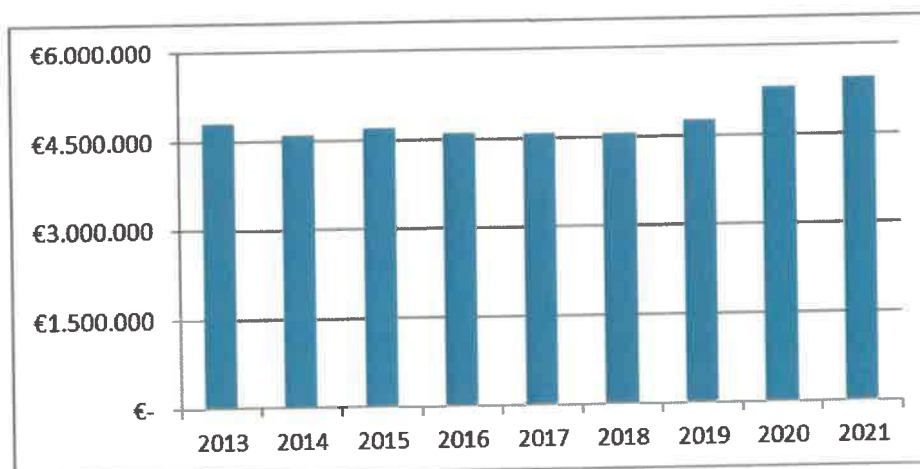


Gráfico n.º 5 - Evolução das despesas de pessoal de 2013 a 2021

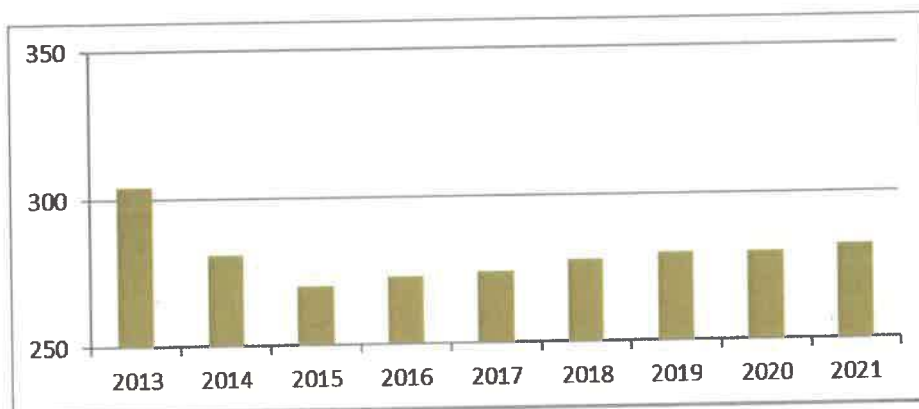


Gráfico n.º 6 - Evolução do nº de Trabalhadores de 2013 a 2021

**REUNIÃO DE** 27/04/2022

Serviço	Assunto N.º	105
Título	N.º Acto	9
Destinatário	N.º Doc.º	20/33
Deliberação	Rúbrica	

**Caracterização dos Trabalhadores por Cargo/Carreira**

	Dirigentes Intermediários	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal de Informática	Outros (AEC, etc)	Total
2013	7	31	55	169	5	37	304
2014	3	34	54	164	5	21	281
2015	3	35	54	157	5	16	270
2016	4	34	55	161	5	14	273
2017	4	33	52	164	5	16	274
2018	4	34	76	150	5	7	276
2019	4	38	70	155	5	8	280
2020	4	42	68	154	5	7	280
2021	10	39	66	150	5	12	282

No total de trabalhadores a 31/12/2021 estão incluídos para o setor da Educação:

Professores AEC	8
Pessoal Contrato Execução	54
<b>Total</b>	<b>62</b>

O investimento municipal traduz-se na rubrica orçamental de aquisição de bens de capital, apresentando-se abaixo a decomposição por sub-rúbricas no primeiro gráfico para os compromissos assumidos e no segundo gráfico par as despesas pagas, cuja discriminação detalhada se pode consultar no mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e que reflete o maior investimento nas rubricas de viação rural, viadutos, arruamentos e obras complementares, outras construções e equipamento básico:

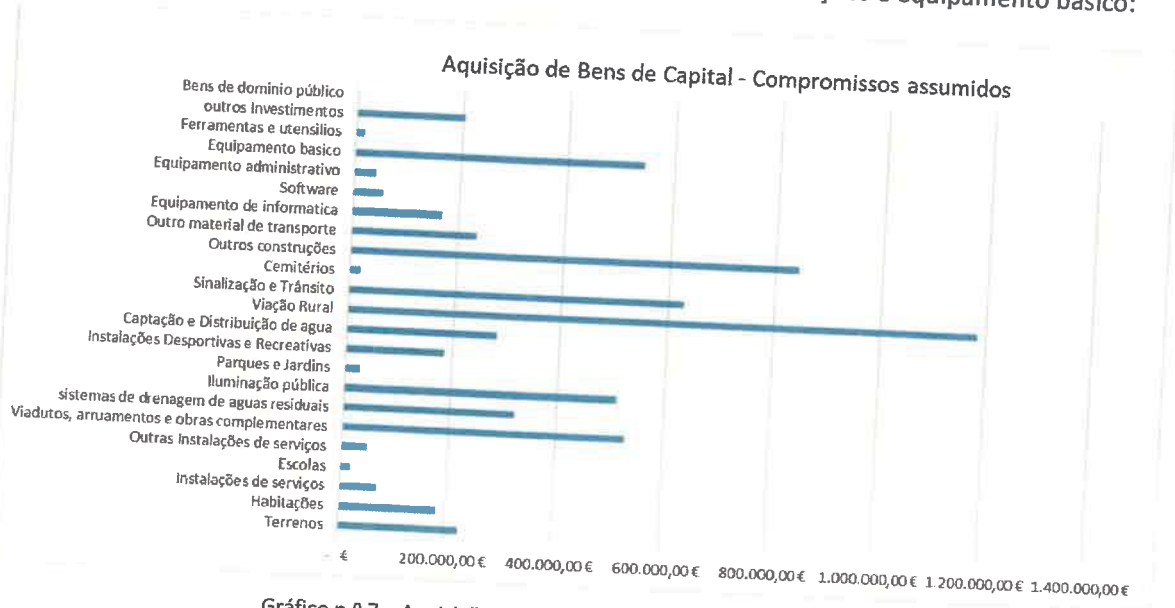


Gráfico n.º 7 – Aquisição de Bens de Capital – Compromissos assumidos

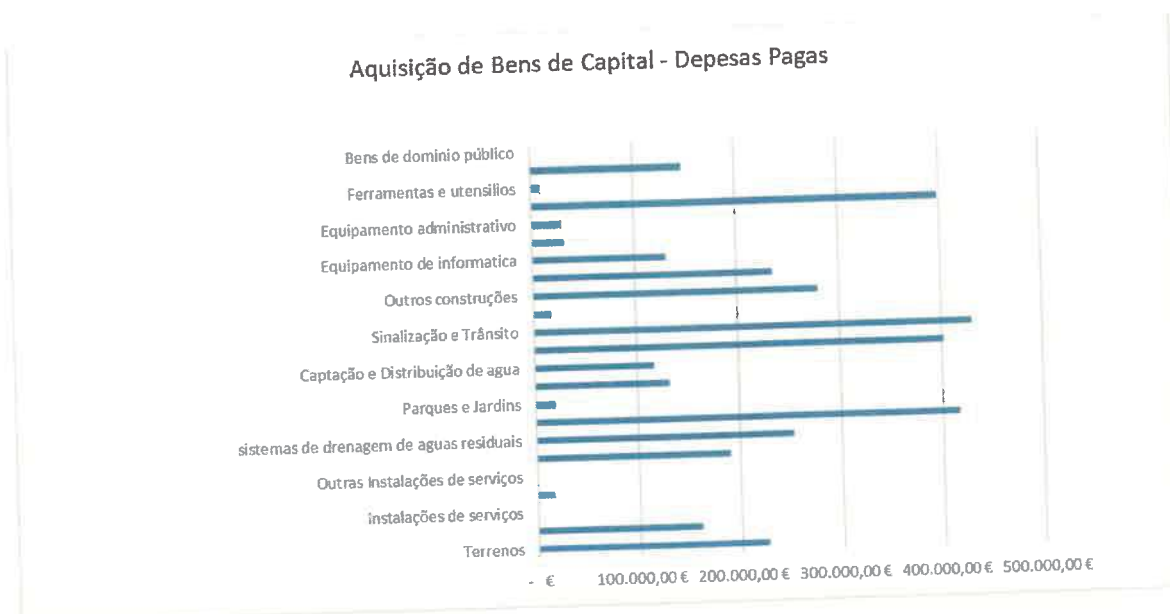


Gráfico n.º 8 – Aquisição de Bens de Capital – Despesas Pagas

### Aquisição de bens e serviços

As medidas levadas a cabo já no ano de 2013 de racionalização de despesa corrente, em diversas rubricas orçamentais, e igualmente prosseguidas nos anos subsequentes, revelaram-se frutíferas sem condicionar o normal funcionamento dos serviços municipais. No entanto verifica-se um aumento em relação a 2020 na aquisição de bens e serviços que ascende a 3.773.057,83€.

Salienta-se que foram aprovadas candidaturas de âmbito imaterial, como é o caso da School4All- Melgaço, Touring Cultural, Valorizar – Rota do Alvarinho, Alto Minho + Inclusivo e Projeto Urbact que levam a um aumento no seu global das despesas com aquisição de bens e serviços, mas que se relavam de grande importância para o Município no apoio ao sucesso escolar e na dinamização de ações de apoio à economia local.

Para melhor informação apresenta-se de seguida uma análise às despesas efetuadas e receitas no Sector Educação, pela aceitação da transferência de competências neste sector, por força do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Assim, no ano de 2021 as despesas ascenderam a 1.050.059,10€. Este valor reflete despesas de dois anos letivos, ou seja, do ano letivo de 2020/2021 (com despesas de janeiro a julho de 2021) e do ano letivo de 2021/2022 (com despesas de setembro a dezembro de 2021). Encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Despesas - Educação	Valor
Despesas pessoal	722.065,81 €
Alimentação	101.491,88 €
Transportes	152.068,52 €
Escola a tempo inteiro	23.343,88 €
Encargos das instalações e conservação	51.089,01 €
<b>TOTAL</b>	<b>1.050.059,10 €</b>

REUNIÃO DE 27/01/2022

Serviço	Assunto N.º	103
Título	N.º Acto	9
Destinatário	N.º Doc.º	21/03
Deliberação	Rúbrica	

A receita arrecadada em 2021 traduz-se na tabela abaixo:

Receitas - Educação	Valor
Assistentes Operacionais	596.841,79 €
Apoios Alimentares	19.033,49 €
Transportes	- €
Escola a tempo inteiro	49.771,02 €
Encargos das instalações e conservação	76.486,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>742.132,30 €</b>

A partir de 2015, a comparticipação do Transporte escolar é efetuada em conjunto com o Fundo Social Municipal pelo que não é possível apurar o valor exato da comparticipação.

#### Evolução de Indicadores da Despesa 2021:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita total / Despesa Total	100,71%	85,28%	87,43%	90,33%	76,64%	78,03%	82,51%	72,68%	79,25%
	(Receita Total-Passivos Financeiros) / Despesa Total	84,83%	85,28%	87,43%	90,33%	76,64%	78,03%	82,51%	72,68%	76,11%
	Despesa de Pessoal / Despesa Total	28,35%	34,60%	32,20%	33,46%	27,44%	24,52%	28,59%	27,54%	26,39%
Estrutura da Despesa	Aquisição de Bens e Serviços correntes / Despesa total	19,33%	25,08%	26,27%	26,72%	22,97%	23,76%	20,22%	17,56%	18,31%
	Serviço dívida/ Despesa Total	9,04%	9,82%	7,78%	7,79%	5,92%	5,41%	6,35%	5,47%	3,91%
	Aquisição de Bens de Investimento / Despesa total	33,86%	22,09%	23,72%	19,84%	33,95%	38,05%	20,28%	11,87%	17,65%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pelos Fundos Municipais	Despesas de Pessoal / Fundos Municipais Correntes	79,57%	80,00%	73,35%	71,28%	69,80%	68,39%	68,69%	69,08%	65,65%
	Aquisição de Bens e Serviços correntes / Fundos Municipais	54,25%	58,17%	59,84%	56,93%	58,43%	66,26%	48,58%	44,05%	45,55%
	Serviço da Dívida / Fundos Municipais Correntes	25,38%	22,77%	17,71%	16,61%	15,07%	15,08%	15,25%	13,72%	9,49%

#### REGRA DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

No art. 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe "Equilíbrio orçamental", é estipulado que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

O cálculo das amortizações médias, resulta da divisão do capital em dívida do empréstimo pelo número de anos remanescentes. Em 2021 o valor das amortizações médias é de 733.696,60€.

Assim sendo, apresentam-se os cálculos agregados para a aferição do equilíbrio orçamental na execução orçamental do ano económico de 2021:

	2021
Receita corrente cobrada bruta	12.197.392,27 €
amortizações médias	733.696,60 €
Limite	11.463.695,67 €
despesa corrente paga	10.431.042,26 €
<b>Diferença</b>	<b>1.032.653,41 €</b>

## ENDIVIDAMENTO

No final de 2021, o saldo de empréstimos de médio e longo prazo era de **3.524.574,04 €**, conforme se pode analisar detalhadamente no mapa de empréstimos da gerência.

A diminuição da dívida de passivos financeiros é considerável tendo-se consolidado desde 2010, com a exceção de no ano de 2013 por ter sido contratado o empréstimo PAEL, não tendo um peso substancial a contratação do empréstimo de médio e longo prazo em 2018, conforme se constata no seguinte gráfico:

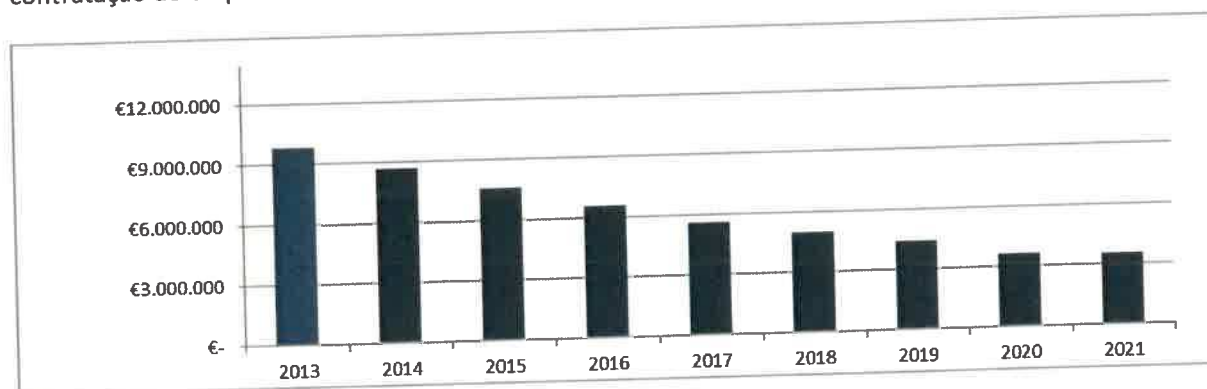


Gráfico n.º 9- Evolução dos empréstimos de médio e longo prazo

As amortizações do capital contratados dos empréstimos representam 94,81 % do serviço da dívida. Por outro lado, o serviço da dívida de médio e longo prazo representa apenas 4,99% da Despesa, sendo que as amortizações têm um peso de 4,73% na Despesa.



REUNIÃO DE 27/10/2021	
Serviço	Assunto N.º 105
Destinatário	N.º Doc.º 22/133
Deliberação	Rúbrica

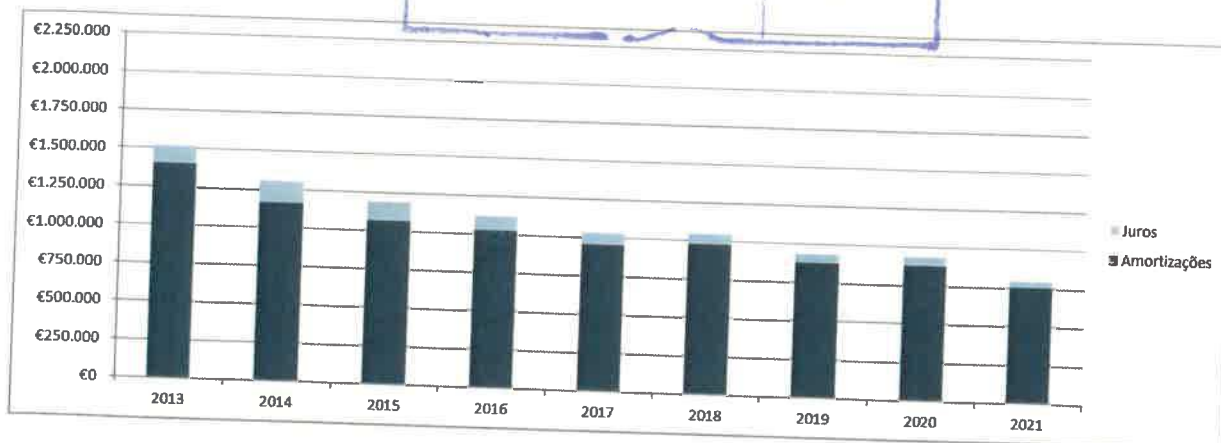


Gráfico n.º10 - Evolução do serviço da dívida

Nos termos da Lei de Orçamento de Estado para 2021 (artigo 112.º), a redução dos pagamentos em atraso nas autarquias locais tem de ser aferida pelos parâmetros:

- Até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10 /prct. dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2020, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, alterada pela presente lei.
- Acresce ao número anterior que o montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Em resumo:

Pagamentos em atraso		Verificação dos Limites	
2011	3.772.207,92 €	Pag atraso Set -20	203.744,51 €
2012	3.528.897,83 €	1. 10% Pag atraso Set- 20	20.374,45 €
2013	1.204.920,00 €	2. limite maximo pag atraso	183.370,06 €
2014	1.090.848,13 €	Pag atraso Dez-2021	183.115,12 €
2015	556.395,64 €	3. Redução adicional (margem)	254,94 €
2016	394.665,50 €		
2017	333.597,49 €		
2018	287.814,88 €		
2019	248.211,62 €		
set-20	203.744,51 €		
2020	201.618,04 €		
dez-21	183.115,12 €		
<b>redução set/2021</b>	<b>20.629,39 €</b>		



## DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

(Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal a partir de 2014, que é o de dívida total de operações orçamentais. O limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Em 2021 por força da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que prevê medidas de apoio às autarquias locais no âmbito com combate à pandemia de Covid-19, presume no seu artigo 5.º que:

1 – “A não observância do limite de endividamento previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, decorrente de despesas destinadas à promoção de apoios sociais aos munícipes afetados pelo surto da COVID-19, à aquisição de bens e serviços relativos à proteção da saúde pública, bem como a outras medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19, fica excluída do regime de responsabilidade financeira previsto no n.º 4 daquele artigo.”

2- “O montante de despesa que resulte das medidas identificadas no número anterior é reportado à Direção-Geral das Autarquias Locais no período de três meses após o término da vigência da presente lei. O valor reportado no número anterior não releva para a aplicação do previsto no n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”

O limite da dívida total para 2021, nos termos do n.º 1 do art.º 52º do RFALEI é calculado então da seguinte forma:

Receita Corrente Líquida 2018	Receita Corrente Líquida 2019	Receita Corrente Líquida 2020	Média (2018,2019,2020)	Limite (2021) = 1,5 * Média (2018,2019,2020)
10.321.185,00 €	10.596.974,00 €	11.539.004,00 €	10.819.054,33 €	16.228.581,50 €

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, com as exceções previstas na Lei:

REUNIÃO DE 21/04/2022

Serviço	Assunto N.º	105
Título	N.º Act.	9
Destinatário	N.º Doc.º	23/13
Deliberação	Róbrica	

**Calculo da Divida Total****Município (art 52 do RFALEI)**

Divida de balanço

OT

**2021****2020**

12.075.043,54 €

10.229.317,78 €

**total (1)****12.075.043,54 €****10.229.317,78 €****Entidades Participadas (art 54 do RFALEI)****Entidades Intermunicipais, Associações de Municípios, etc (2)**

911.966,90 €

716.333,77 €

Divida Total (1)+(2)

12.987.010,44 €

10.945.651,55 €

Limite

16.228.581,50 €

15.676.234,00 €

**Margem de endividamento****3.241.571,06 €****4.730.582,45 €****Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)**

O Município de Melgaço, por deliberação da Assembleia Municipal, de 28-09-2012 aderiu ao PAEL, no âmbito do Programa II, criado pela Lei 43/2012 de 28 de agosto e Portaria 281-A/2012 de 14 de setembro, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de março de 2012.

O contrato de empréstimo relativo ao PAEL outorgado em 16/11/2012, com um aditamento em 05/02/2013 fixando o seu valor em 2.130.366,25 €, foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas em 03/04/2013.

O valor utilizado do empréstimo, contudo situou-se em 2.105.126,00 €, sendo que a primeira tranche no valor de 1.491.256,38 € foi recebida em 24/04/2013 e a segunda tranche no valor de 613.869,62 € foi recebida em 09/09/2013.

A diferença resulta na impossibilidade de efetuar o pagamento a alguns fornecedores, apesar das diligências dos serviços municipais, por razões não imputáveis ao Município, a saber:

- Cessação de atividade de alguns fornecedores em sede de IRS, IVA e IRC, sem que tenham acautelado a situação de créditos pendentes nas escrituras de dissolução de sociedade ou então este documento não foi enviado ao Município;
- Falecimento de um prestador de serviços cuja habilitação de herdeiros não menciona a divida.

De forma a pôr fim a este valor cativo, o Município de Melgaço encetou diligências com o consultor jurídico, a saber:

- Anulação das dívidas das entidades que cessaram atividade, igualmente a anulação da divida do fornecedor que faleceu;

- Devolução do valor restante ao Pael, 6.473,94€, sendo assim deduzido o valor como amortização parcial de capital da 2ª Tranche do empréstimo.

Tendo-se efetuado a primeira amortização deste empréstimo ainda em 2013, apresenta-se um resumo da sua evolução:

	Capital em divida	amortização	juros	taxa
2013	2.029.942,92 €	75.183,08 €	21.951,99 €	2,60%
2014	1.879.576,76 €	150.366,16 €	48.160,01 €	2,19%
2015	1.729.210,60 €	150.366,16 €	44.524,74 €	2,19%
2016	1.578.844,44 €	150.366,16 €	41.003,99 €	2,19%
2017	1.429.094,86 €	149.749,58 €	37.093,74 €	2,19%
2018	1.272.871,34 €	156.223,52 €	33.453,72 €	2,19%
2019	1.123.121,76 €	149.749,58 €	29.836,30 €	2,19%
2020	973.372,18 €	149.749,58 €	26.293,19 €	2,19%
2021	823.622,60 €	149.749,58 €	22.601,45 €	2,19%

Por despacho conjunto do Secretário de Estado das Autarquias Locais e do Secretário de Estado do Tesouro, assinado em 25 de julho sobre a suspensão da aplicação dos planos de ajustamento financeiro e das suas obrigações, nos termos do n.º 6 do art.º 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, com a redação dada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, o qual determinou a suspensão da aplicação do plano de ajustamento financeiro e das suas obrigações do Município de Melgaço.

## 1. ANÁLISE FINANCEIRA

RECIBO Nº 27/04/2022	
Serviço	N.º
Título	105
Destinatário	N.º Doc.º 24/13
Deliberação	Rúbrica

No âmbito da transição para o SNC-AP, os objetivos de relato financeiro passam sobretudo por fornecer informação fidedigna e transparente da prestação de contas. As demonstrações foram preparadas na base do acréscimo, de acordo com a Estrutura conceptual e normas do SNC-AP.

Neste seguimento fazemos iremos fazer uma breve análise do Balanço e Demonstração de resultados.

### Balanço

Em 2021 o ativo do Município atingiu o montante de 74.927.173,47€, tendo registado um aumento em relação ao ano anterior de 4,86%.

#### Evolução do Ativo

Componentes do Ativo	2021	2020	Evolução 2021/2020
Ativos fixos tangíveis	55.816.235,96	53.455.502,84	4,42%
Ativos intangíveis	69.512,11	45.744,75	51,96%
Propriedades de Investimento	1.125.745,71	1.106.038,94	1,78%
Participações financeiras	14.024.316,47	14.174.668,48	-1,06%
Devedores p/ empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	14.876,72	22.945,84	-35,17%
Ativo não corrente	71.050.686,97	68.804.900,85	3,26%
Inventários	23.301,00	30.796,35	-24,34%
Devedores p/ transferências e subsídios não reembolsáveis	283.911,25	0,00	100,00%
Clientes, contribuintes e utentes	331.994,23	342.494,72	-3,07%
Estado e outros entes público	168,02	8.291,91	100,00%
Outras contas a receber	2.251.315,89	1.656.082,50	35,94%
Diferimentos	646,17	354,55	82,25%
Caixa e Depósitos	985.149,94	614.626,24	60,28%
Ativo corrente	3.876.486,50	2.652.646,27	46,14%
<b>Total do ativo</b>	<b>74.927.173,47</b>	<b>71.457.547,12</b>	<b>4,86%</b>

Os ativos fixos tangíveis representam 74,49% do total do ativo e registaram uma subida cerca de 2 milhões de euros.

Este aumento deve-se à política de investimento que o Município de Melgaço tem vindo a apostar, aproveitando os quadros comunitários.

Os ativos intangíveis tiveram um aumento face a 2020 de 51,96%, atingindo o valor de 69.512,11€

Em relação ao passivo, o Município de Melgaço fechou o ano com um valor de 12.147.592,21€ sendo constituído em 37,45% por passivo não corrente e em 62,55% por passivo corrente. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

## Evolução Passivo

Componentes do Passivo	2021	2020	Evolução 2021/2020
Financiamentos obtidos	3.036.970,51	2.906.889,01	4,47%
Diferimentos	980.667,99	859.638,20	14,08%
Outras contas a pagar	531.572,80	488.427,97	8,83%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>4.549.211,30</b>	<b>4.254.955,18</b>	<b>6,92%</b>
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	391.031,00	255.164,00	53,25%
Fornecedores	2.109.786,84	2.002.879,27	5,34%
Estado e outros entes públicos	74.652,12	62.556,31	19,34%
Financiamentos obtidos	487.603,53	724.170,96	-32,67%
Fornecedores de investimento	3.258.355,06	1.776.808,96	83,38%
Outras contas a pagar	1.122.990,50	1.125.223,10	-0,20%
Diferimentos	81.413,19	27.560,00	195,40%
<b>Passivo corrente</b>	<b>7.525.832,24</b>	<b>5.974.362,60</b>	<b>25,97%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>12.075.043,54</b>	<b>10.229.317,78</b>	<b>18,04%</b>

Comparando com o ano anterior, o total passivo teve uma variação positiva de 18,04% que resulta da subida de algumas rubricas, nomeadamente dos Fornecedores de Investimento tendo registado um acréscimo de 83,38%, resultante do grande investimento que teve o seu arranque nos últimos meses do ano. No entanto teve uma diminuição na dívida a fornecedores de bens e serviços.

Os fundos próprios do Município registaram um aumento de 2,53%, tendo registado um valor total de 62.779.581,26€.

### Demonstração dos Resultados

O resultado líquido ascende a 109.788,10€, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza. Os rendimentos em 2021 foram 14.352.052,02€ para um nível de gastos de 14.242.263,92€, tendo-se verificado aumentos em comparação com o ano anterior quer nos rendimentos, quer nos gastos.



REUNIÃO DE 27/04/2022

Serviço	Assunto N.º	205
Objeto	N.º Acto	9
Destinatário	N.º Doc.º	25/13
Deliberação	Rúbrica	

Evolução dos gastos

Gastos	2021	2020	Evolução 2021/2020
Gastos com pessoal	5.630.628,33	5.255.485,81	7,14%
Transferências e subsídios Concedidos	1.654.550,14	1.834.138,65	-9,79%
FSE	4.434.687,56	3.151.436,13	40,72%
CMVMC	137.109,68	137.930,24	-0,59%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.502,77	7.102,10	-78,84%
Depreciações	2.105.409,20	2.020.119,56	4,22%
Outros gastos	223.178,08	125.722,41	77,52%
Juros e gastos similares	55.198,16	112.504,59	-50,94%
<b>Total dos Gastos</b>	<b>14.242.263,92</b>	<b>12.644.439,49</b>	<b>12,64%</b>

Os gastos com pessoal tiveram um aumento de cerca de 7,14%, este aumento deveu-se essencialmente a atualizações de posições remuneratórias e adequação das chefias ao mapa de pessoal, com o aumento das chefias intermédias de 3º grau.

Há semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos (31,14%) e os gastos com o pessoal (39,53%). Comparativamente com o período anterior, os fornecimentos e serviços externos sofreram um aumento considerável de 40,72%.

Do total de proveitos do município, as rubricas mais representativas são as transferências e subsídios obtidos representando 57,51%, os outros rendimentos que representam 21,03% e os impostos e taxas que representam 11,13% do total dos proveitos.

Evolução dos Proveitos

Proveitos	2021	2020	Evolução 2021/2020
Vendas	475.931,40	493.654,85	-4%
Prestações de serviços	958.736,38	878.900,05	9%
Impostos, contribuições e taxas	1.596.869,16	1.414.366,61	13%
Rendimentos imputados a entidades controladas	48.272,08	54.840,35	-12%
Transferências e subsídios correntes obtidos	8.253.850,57	7.570.715,05	9%
Outros rendimentos	3.018.392,43	2.864.441,96	5%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0%
<b>Total dos Proveitos</b>	<b>14.352.052,02</b>	<b>13.276.918,87</b>	<b>8,10%</b>

### Proposta de aplicação dos resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício no montante de 109.788,10 €, tenha a distribuição do saldo existente da seguinte forma:

- Constituir o reforço anual de reservas legais no valor de 5.489,40€ correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício.
- reservas livres pelo montante do valor remanescente.